



**Universidade do Minho**

Instituto de Estudos da Criança

## **RECRE(I)AR O ESPAÇO ESCOLAR CONTRIBUTOS DAS CRIANÇAS**

**TEMA:** A participação das crianças e adolescentes nos âmbitos culturais e de diversão

**AUTOR:** Alberto Nídio Barbosa de Araújo e Silva  
Doutorando em Estudos da Criança  
Área do Conhecimento: Sociologia da Infância  
[albertonidio@hotmail.com](mailto:albertonidio@hotmail.com)

## RESUMO

Uma criança que não brinca ou padece de maleita que não lhe deixa alento para tal ou tem coarctada essa necessidade inata à sua condição, quer por acção doutros indivíduos, adultos ou seus pares, quer porque inexistente espaço adequado e tempo que lhe permita cumprir de todo esse seu verdadeiro ofício.

Quando isto acontece, perece o essencial do que ficou proclamado na norma sétima da Declaração, posteriormente consagrado na sua essência pelo artigo 31.º da Convenção de 1989.

Entre Portugal, a partir de Outubro de 2006, as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, por força de uma política de institucionalização de um espaço dedicado a actividades extracurriculares (expressões artísticas e informática, entre outras), que à escola pública cumpre promover, viram acrescidas mais dez horas semanais às vinte e cinco que já passavam dentro do seu espaço.

Tanto tempo, pelo menos sete horas por dia, das 9H00 às 17H30, reclama um outro olhar sobre o espaço de recreação, físico e temporal, que deixe cada criança entregue à liberdade de, mesmo por instantes que seja, ser ela própria em toda a sua plenitude.

Não abundam escolas onde os recreios permitam que se cumpra a função que lhes subjaz e os poucos existentes são essencialmente produtos feitos pelos adultos para as crianças.

Abre-se, hoje, algum espaço junto dos poderes públicos, sobretudo locais, que possibilitam agarrar esta problemática, onde é possível perspectivar espaços de recreação onde os contributos das crianças serão tidos como determinantes para a sua formulação.

São pequenos passos que vão permitindo uma aproximação da participação das crianças no desenvolvimento de políticas com elas relacionadas aos patamares de realização que no nosso país vão atingindo já os direitos de provisão e protecção das nossas crianças.